

Georreferenciamento de Imóveis de Espólio para Apoio a Decisão em Inventário Judicial

Mirtz Orige Oliveira ¹

Carlos Loch ²

Tadeu de Souza Oliveira ³

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
LabFSG - Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento
m.o.mirtz.orige@posgrad.ufsc.br
carlos.loch@ufsc.br
tso@unesc.net

Resumo : No Brasil, um espólio pode encontrar-se sem divisão por décadas, por falta de informações acerca dos bens inventariados, impossibilitando a partilha em um inventário judicial, deixando seus herdeiros incapazes de usufruírem dos seus patrimônios. O **objetivo** deste artigo é construir nos herdeiros, o conhecimento do rol de bens utilizando um sistema de informação geográfica (SIG) para evidenciar a situação atual legal e real dos imóveis do espólio. Trata-se de uma nova **metodologia** para a legalização de herança em inventário judicial, na qual é apresentada uma abordagem inovadora quando utiliza o georreferenciamento dos imóveis aliado a imagens aéreas. Os **resultados** mostram que 436 bens imóveis, que totaliza mais de 250 mil metros quadrados localizados na área urbana do Município de Araranguá, se encontram em situação de abandono, na ilegalidade. **Concluiu-se** que essa metodologia reduz significativamente a complexidade da análise do espólio, tanto para a justiça como para os herdeiros, tornando possível a fácil localização do patrimônio.

Palavras chaves : SIG, Fotointerpretação, Inventário Judicial.

In Brazil, an spoil may find yourself without division for decades, for lack of evidence of the inventory, making it impossible to share in a legal inventory, leaving his heirs unable to use their assets. The aim of this paper is to build the heirs, knowledge of the list of goods using a geographic information system (GIS) to highlight the current situation of legal and real property of the estate. This is a new methodology for the legalization of legal inheritance in inventory, which is presented in an innovative approach when using the georeferencing of property combined with aerial images. The results show that 436 property, which totals more than 250 square meters located in the urban area of Araranguá, in a situation of abandonment, illegal. It was concluded that this method significantly reduces the complexity of the analysis of the estate, both for justice and for the heirs, making it possible to easily find the property.

Keywords: SIG, Photointerpretation , Judicial Inventory.

1. Introdução

No Brasil, um espólio pode encontrar-se sem divisão há mais de duas décadas, por falta de informações acerca dos bens inventariados, deixando seus herdeiros incapazes de usufruírem dos seus patrimônios. Desta forma, neste período, muitos dos imóveis se encontram em algumas situações de comprometimento como, por exemplo, invadidos, negociados ilegalmente e inevitavelmente deteriorados.

Há também herdeiros que na tentativa solitária de resolver a tarefa da justiça, fazem concessão de parte do seu quinhão com registro em cartório, aumentando a complexidade do processo judicial. Muitos dos imóveis pertencentes ao espólio são negociados por terceiros que anunciam que são proprietários,

apresentando simplesmente um contrato sem registros cartoriais, tomando estes imóveis depreciados no mercado imobiliário.

Um rol de bens composto por um grande número de imóveis localizados em área urbana, que se define nestas condições, além de ter seu patrimônio dilapidado, pode trazer transtornos graves à sociedade. Este espólio torna-se vulnerável a invasões pela disponibilidade aparente de ocupação que atraem as famílias que compõem a classe excluída de outras cidades brasileiras, gerando insegurança social.

Com o falecimento do autor da herança, abre-se a sucessão e o patrimônio deixado transmite-se de imediato e de forma una aos herdeiros. Recebem eles a herança como um todo unitário indivisível, permanecendo em estado de comunhão até que se proceda partilha. Como a herança é considerada um bem imóvel para efeitos legais (art. 80, II Código Civil), qualquer herdeiro poderá defender ou reivindicar de terceiros a herança, parcial ou totalmente.

O Art. 1.791 declara que a herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros.

Parágrafo único. Até a partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio.

Sendo indivisível, qualquer herdeiro pode defender e reclamar a posse e a propriedade da universalidade da herança. Quando qualquer herdeiro reivindica herança não esta fazendo exclusivamente em seu benefício, mas também em prol da comunhão, já que, enquanto não ocorre a partilha a herança permanece em estado de indivisibilidade.

No que se refere ao Inventário constitui-se de um procedimento especial instaurado no último domicílio do falecido visando descrever os bens da herança, avaliar estes bens, pagar o imposto de transmissão, identificar os sucessores, quitar as dívidas do extinto e fazer a partilha.

Nas palavras de VENOSA (2009) "Inventário consiste na descrição pormenorizada dos bens da herança, tendente a possibilitar o recolhimento de tributos, pagamento de credores, e, por fim, a partilha."

Inventário deriva da palavra do latim *inventarium* que significa relação de bens deixados por alguém e documento ou lista onde se encontram registrados bens contendo uma enumeração detalhada ou minuciosa dos mesmos. Por exemplo, no caso de bens imóveis, os inventários costumam conter a descrição dos terrenos, bem como as medições de áreas e o local onde se encontram.

Para César (2008) "*Inventário é meio de liquidação da herança. É processo pelo qual se apura o ativo e o passivo da herança, pagam-se as dívidas e legados, recebem-se os créditos etc.*"

O inventário judicial é quando os herdeiros não concordam com a divisão, quando há dívidas ou testamento. Contrata-se um advogado que vai comunicar para a justiça o falecimento da pessoa e abrir o processo de inventário.

O art. 983 do Código de Processo Civil dispõe que o inventário deverá ser aberto no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da abertura, e finalizado nos 12 (doze) meses subsequentes. Caso não seja proposto no prazo estipulado abrir-se-á permissão para que o juiz, instaure o processo. A intenção da justiça é não deixar imóveis abandonados. O juiz nomeia um inventariante, que será responsável por administrar todo o patrimônio.

Para gerir um espólio complexo o sistema de informação geográfica (SIG), torna-se um conjunto poderoso de ferramentas para coletar, armazenar, recuperar e visualizar dados sobre o rol de bens. Neste contexto torna-se imprescindível um sistema que possa exibir informações geograficamente referenciadas cujos dados são identificados de acordo com a localização. O SIG pode ser usado também para inventário judicial, auxiliando de forma estratégica à tomada de decisão no espólio viabilizando a divisão dos bens entre os herdeiros. Por exemplo, um SIG pode permitir que os herdeiros facilmente localizem o rol de bens imóveis, bem como suas dimensões e em que situações se encontram quanto à ocupação. Além disso, o SIG pode ser usado para proteger quanto a invasões por terceiros que dilapidam o patrimônio, enquanto o processo permanece em andamento na justiça.

O SIG é um sistema que processa dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos) com ênfase a análises espaciais. Para SCHOWENGERDT, 2006 o Sensoriamento Remoto é um: "*Processo de medição de propriedades de objetos da superfície terrestre usando dados adquiridos de aeronaves e satélites.*"

No entendimento de LOCH(2008) as fotos aéreas contêm detalhes gravados do terreno no momento de sua tomada. Um foto intérprete examina sistematicamente as fotos, podendo adicionar estudos de outros trabalhos, como por exemplo, de um mapa já existente.

Para Loch (2008) o conteúdo de uma aerofoto é de fácil interpretação, pois apresenta uma aparência natural em relação à forma, tamanho e cor (filme colorido) dos alvos fotografados. Os dados de fotografias aéreas fornecem a oportunidade de “voltar ao tempo” para a comparação do que havia no passado com que existe no presente.

Considerando o exposto, o **objetivo geral** deste artigo de natureza exploratória-descritiva é construir nos herdeiros, o conhecimento do rol de bens utilizando um sistema de informação geográfica (SIG) para evidenciar a situação atual legal e real dos imóveis do espólio.

Para construir este conhecimento, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**: (i) Identificar o rol de bens com a atualização das matrículas para verificar a legalidade perante o registro de imóveis; (ii) Identificar o rol de bens na Cartografia disponibilizada pela Prefeitura; (iii) Criar banco de dados do espólio utilizando o SIG e (iv) Analisar a situação atual legal e real do espólio.

Como instrumento de intervenção, os pesquisadores utilizaram fotointerpretação de fotografias aéreas e SIG para permitir que os herdeiros possam facilmente localizar o rol de bens imóveis, bem como suas dimensões e em que situações se encontram quanto à ocupação.

Neste contexto, este trabalho se **justifica primeiro** por contribuir com a sociedade brasileira por apresentar e ilustrar um processo que permite apoiar as atividades de identificação e análise de um espólio de forma estruturada, justificada e incontestável. Principalmente quando retiram nas fotografias aéreas, dados relativos quanto à ocupação dos imóveis e demonstra a situação legal e real de ocupação de cada imóvel. **Segundo** por permitir aos pesquisadores explicitar seu entendimento sobre o tema inventário judicial na forma de banco de dados e sua análise.

A estrutura deste artigo ademais desta seção (i) Introdução é constituído pelas seções: (ii) Materiais e Metodologia; (iii) Análise dos resultados e discussão; e (iv) Conclusão.

2. Materiais e Metodologia

O objetivo desta seção será além de apresentar os materiais, apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para delinear e executar a pesquisa, a fim de atingir os objetivos e resultados finais.

Os materiais utilizados foram matrículas do espólio atualizadas no registro de imóveis, base cartográfica municipal, fotografias aéreas de 2008, fotografias terrestres e entrevistas de 2011.

Para a realização das etapas utilizou-se o laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento (LabFSG) da UFSC, onde foi realizada a fotointerpretação dos aspectos físicos e de uso da área do espólio. Além das etapas de laboratório também tiveram trabalhos de campo de forma a validar os trabalhos de fotointerpretação e geoprocessamento.

A metodologia consiste na identificação e análise dos diversos aspectos compreendidos entre a situação legal e real do rol de bens, que foram vetorizadas, servindo de apoio para o cadastro técnico do espólio e consequentemente seu mapeamento.

Desta maneira o desenvolvimento da pesquisa compreendeu sucessivas etapas, as quais se distribuíram da seguinte forma:

2.1. Criação do banco de dados alfanuméricos

De posse das matrículas levantadas no processo de inventário judicial, foi necessário realizar a atualização das matrículas junto ao registro de imóveis. Num primeiro momento, as informações alfanuméricas dos imóveis oficiais pertencente ao espólio foram organizadas em um quadro no software Excel, contendo dados gerais básicos retirados da matrícula como: número da matrícula, o nome do bairro onde se encontra localizada, data de aquisição, título do imóvel, número de lotes e área total em cada matrícula, número de lotes vendidos, número de lotes livres a partilhar e o número total de imóveis.

A partir do conhecimento organizado neste quadro foram excluídos os lotes vendidos pelo autor da herança e já repassados o direito de posse aos proprietários, resultando uma tabela contendo os imóveis oficiais do espólio, onde foram acrescentadas mais informações úteis como: o número de imóveis sem ocupação (baldios) e o número de imóveis com ocupações irregulares. Assim foi possível elaborar o banco de dados alfanúmericos e a construção de tabelas teve o propósito de facilitar posteriormente a elaboração do SIG do espólio.

2.2. Criação dos dados vetoriais.

A base cartográfica foi disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Araranguá e os dados gráficos foram trabalhados no Arc Info 10, o que possibilitou a montagem da estrutura topológica básica dos níveis de informações: vias, quadras e lotes e edificações.

Para a identificação do espólio foi necessário associar quadras e lotes do loteamento descritas nas matrículas e o cadastro da prefeitura municipal, onde constam diferentes denominações, exigindo um trabalho minucioso de confronto com dados físicos do terreno, como as dimensões dos lotes e toponímia das ruas.

De posse dos níveis básicos de informação foi necessário a definição dos fatores condicionantes, o que possibilitou a elaboração dos mapas temáticos dos loteamentos para então, ser possível a elaboração dos mapas de loteamentos, onde cada matrícula corresponde a um loteamento.

Os fatores condicionantes classificaram o espólio em 2 classes que são: lote vendido e lote livre a partilhar. Ficando a classe dos livres a partilhar dividida em ocupação irregular e sem ocupação.

De maneira específica as classes dos lotes foram transferidas para o mapa e digitalizadas com o software de SIG e posteriormente editados.

Nesta etapa se realizou a integração dos mapas de cada matrícula para elaboração do mapa do espólio.

2.3. Detecção de Ocupação irregular a partir de dados matriciais

Nesta etapa foi realizada a sobreposição da cartografia composta pelos dados vetoriais em imagens aéreas para analisar os aspectos físicos e de uso da área do espólio. Foi executada a fotointerpretação das fotografias aéreas, o que possibilitou a constatação de ocupação irregular em diversos lotes, bem como a evolução destas ocupações ao longo do tempo de andamento do processo judicial.

A partir da constatação de ocupação irregular foi necessário validar este tipo de ocupação com abordagem aos ocupantes dos lotes legalmente pertencente ao espólio. Com tal propósito foram entrevistadas as pessoas que atualmente encontram ocupando estes lotes e recolhido cópias dos contratos informais, bem como fotografias terrestres de forma a se tornar incontestável as ocupações.

3. Análise dos Resultados e Discussão

A análise dos resultados e discussão está constituída pela localização do espólio, pelo cadastro técnico do espólio e pela análise da situação atual legal e real do espólio.

3.1. Localização do Espólio

O espólio apresentado no processo de inventário judicial nº 004.96.004608-6 está localizado na área urbana do Município de Araranguá/SC, figura 1, situado na porção sul do Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil entre as latitudes 28°60'00" a 29°50'00" Sul, e entre as longitudes 49°40'00" a 49°15'00". Distanto 240 km da capital Florianópolis pela BR 101. Os limites ao norte são os Municípios de Içara e Criciúma ao Sul os Municípios de Balneário Gaivota e Sombrio, a Leste os Municípios Maracajá, Meleiro, Turvo e Ermo e a Oeste o Município de Balneário Arroio do Silva e o Oceano Atlântico.

O espólio encontra-se distribuído em 6 bairros do Município de Araranguá que são: Loteamento Cidade Nova (Bairro Lagoão), Loteamento Jardim do Vale das Araras (Bairro Santa Catarina), Loteamento Três Corações (Polícia Rodoviária), Loteamento Jardim Cibele (Bairro Jardim Cibeli), Loteamento Sarita (Bairro Coloninha) e Loteamento Jardim Aeroporto (Jardim Aeroporto), figura 2.

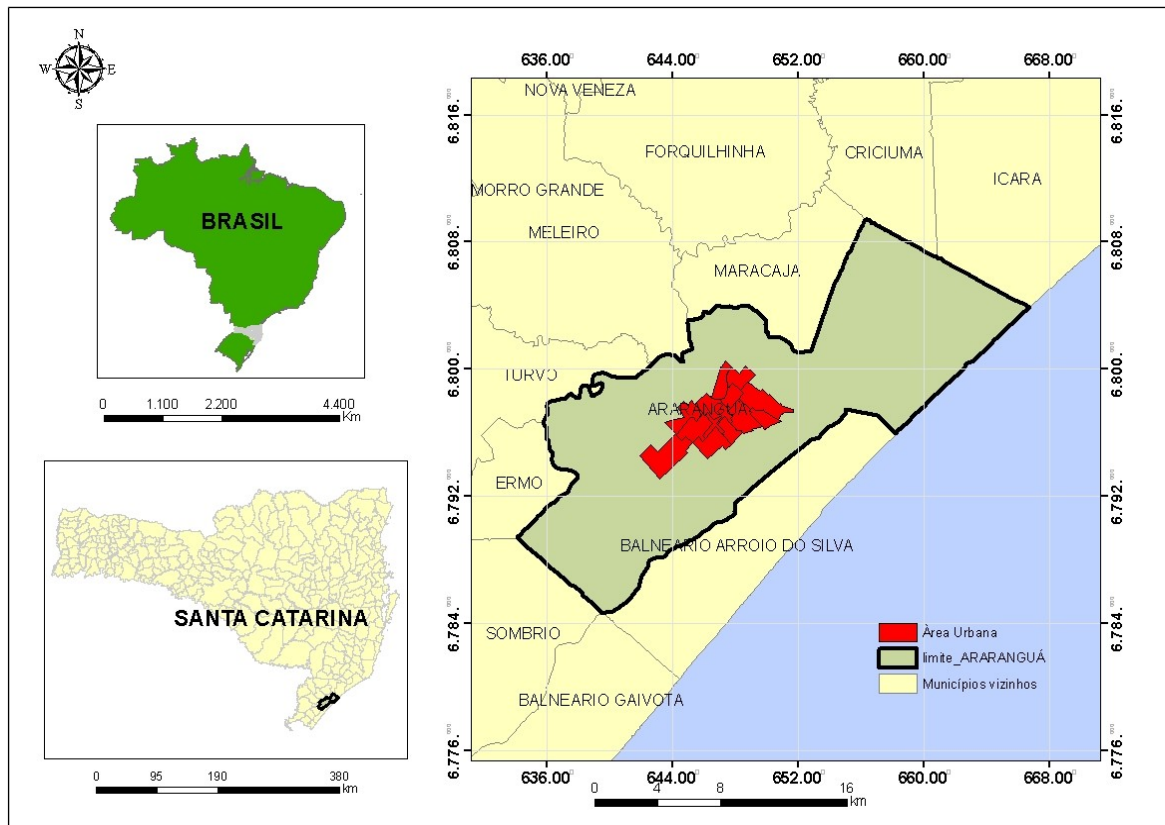


Figura 1 - Localização da área urbana do Município de Araranguá no Estado de Santa Catarina e no Brasil.

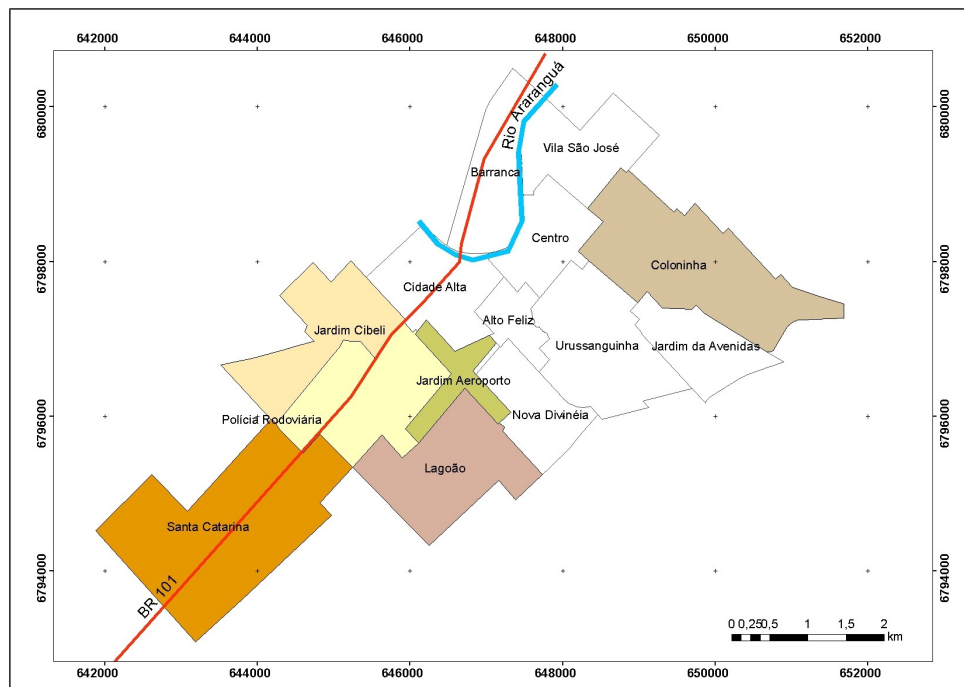


Figura 2 - Bairros onde estão localizados os imóveis do espólio

3.2. Cadastro técnico do Espólio

O espólio possui área total de 253.669,68 m² que se encontra distribuída em 436 lotes urbanos. Sendo este rol de bens composto por 6 matrículas, encontradas no processo judicial, as quais foram atualizadas no

Registro de imóveis. Verificou-se que em cada uma destas matrículas consta um loteamento implantado e aprovado na década de 1970 e 1980 pela Prefeitura Municipal de Araranguá.

A partir destes dados atualizados e informações oficiais cartorais criou-se o quadro 1, no qual é apresentada a situação atual "legal" do espólio, onde consta para cada uma das matrículas, o título do imóvel, a área total, o número de lotes, o bairro onde se encontra e o número de lotes livres a partilhar entre a meeira e os herdeiros.

Quadro 1 : Situação "Legal" do espólio.

SITUAÇÃO "LEGAL" DO ESPÓLIO						
Nº Matrícula	Bairro	Título do imóvel	Área total (m²)	Nº de lotes	Nº de lotes vendidos	Nº de lotes livres a partilhar
26.298	Lagoão	Loteamento Cidade Nova	134.874,76	271	109	162
1.687	Santa Catarina	Loteamento Jardim Vale das Araras	177.855,05	374	286	88
12.792	Polícia Rodoviária	Loteamento Três Corações	16.764,57	45	0	45
16.818	Jardim Cibeli	Loteamento Jardim Cibeli	73.147,20	54	0	54
7.452	Coloninha	Loteamento Sarita	26.174,30	55	0	55
7.013	Jardim Aeroporto	Loteamento Jardim Aeroporto	15.228,88	32	0	32
Total			443.844,56	831	395	436

Neste quadro verifica-se um conjunto de 831 lotes urbanos distribuídos em 6 bairros, dos quais 395 lotes foram vendidos pelo autor da herança e restando 436 lotes livres a partilhar, que se encontram ainda vinculados na matrícula primitiva do loteamento conforme as matrículas atualizadas em 2011 e assim permanecem por mais de duas décadas.

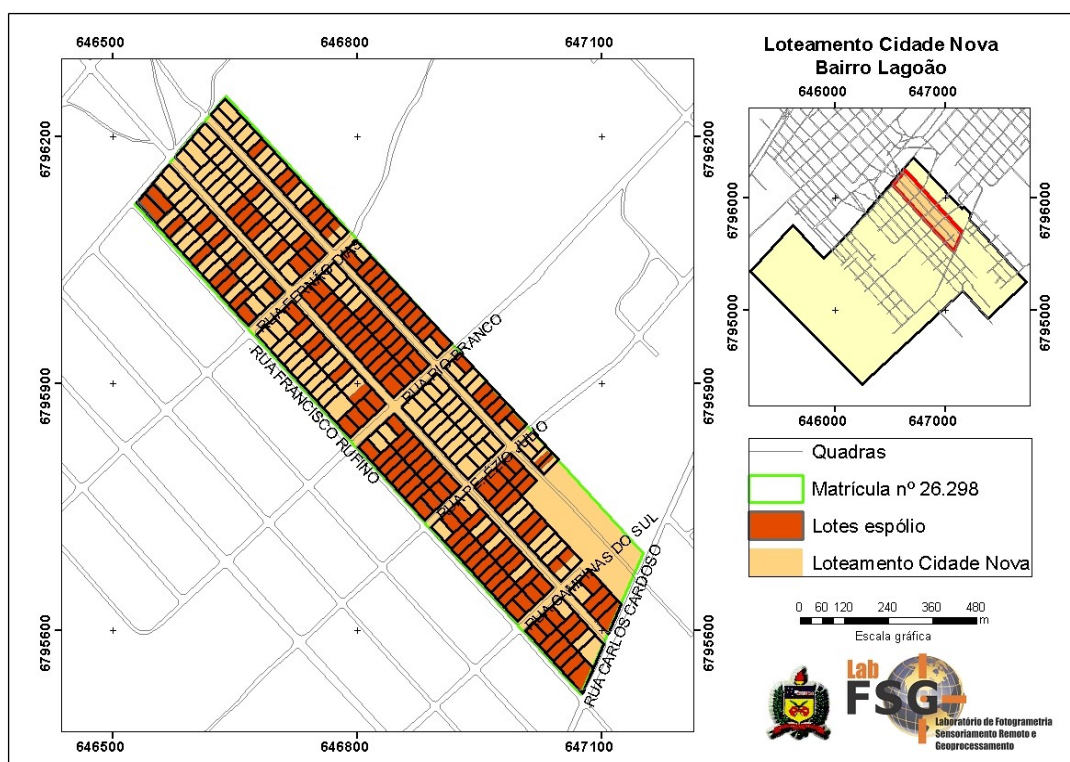


Figura 3 : Loteamento Cidade Nova com destaque para os 162 lotes livres a partilhar

3.3. Loteamento Cidade Nova

O Loteamento Cidade Nova de matrícula nº 26.298, localizado no Bairro Lagoão, possui 162 imóveis livres

a partilhar segundo sua matrícula atualizada e estão espacializados na figura 3 e listados no quadro 2. Neste resultado amostral do espólio é possível visualizar a montagem da estrutura topológica básica dos níveis de informações composta por vias, quadras e lotes.

Quadro 2 : Tabela de atributos dos imóveis do espólio referente ao Loteamento Cidade Nova

CADASTRO TÉCNICO DO ESPÓLIO						
Loteamento Cidade Nova- Bairro Lagoao						
Nº sequencial	Nº LOTE	Quadra Loteamento	Nº LOTE Cadastro P.M.A.	Quadra P.M.A.	ÁREA (m²)	Endereço
1	1	A	15	10	526,24	AV. Capitão Pedro Fernandes
2	2	A	30	10	553,91	AV. Capitão Pedro Fernandes
3	9	A	150	10	360,00	Rua Ascendino Vieira Maciel
4	11	A	174	10	360,00	Rua Ascendino Vieira Maciel
5	14	A	210	10	360,00	Rua Ascendino Vieira Maciel
6	18	A	285	10	360,00	Rua Ascendino Vieira Maciel
7	21	A	354	10	360,00	Rua Fernão Dias
8	22	A	366	10	360,00	Rua Francisco Rufino Orige
9	24	A	390	10	360,00	Rua Francisco Rufino Orige
10	25	A	402	10	360,00	Rua Francisco Rufino Orige
11	28	A	438	10	360,00	Rua Francisco Rufino Orige
12	32	A	486	10	360,00	Rua Francisco Rufino Orige
13	8	B	450	5	361,86	Rua Ascendino Vieira Maciel
14	9	B	438	5	363,18	Rua Ascendino Vieira Maciel
15	10	B	426	5	364,50	Rua Ascendino Vieira Maciel

155	5	O	92	2	312,00	Rua Salvato Orige
156	9	O	140	2	312,00	Rua Salvato Orige
157	10	O	152	2	312,00	Rua Salvato Orige
158	13	O	176	2	312,00	Rua Salvato Orige
159	14	O	200	2	312,00	Rua Salvato Orige
160	15	O	212	2	312,00	Rua Salvato Orige
161	16	O	224	2	312,00	Rua Salvato Orige
162	17	O		2	312,00	Rua Salvato Orige

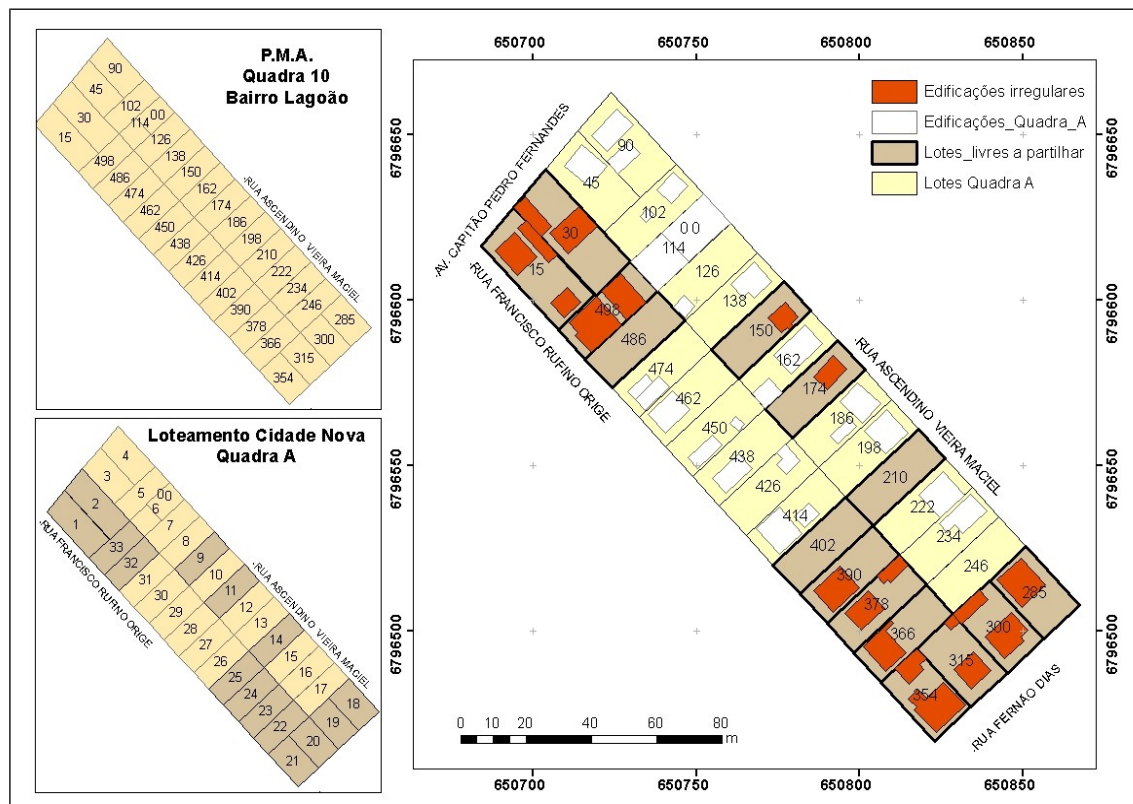


Figura 4 : Associação da Quadra A do Loteamento Cidade Nova com a Quadra 10 do Bairro Lagoão.

A associação das quadras e dos lotes do loteamento descrito nas matrículas ao cadastro da prefeitura municipal, está estabelecida da seguinte forma: Na matrícula consta quadra “A” que corresponde no cadastro da prefeitura a quadra 10, assim como o lote, por exemplo, o número 1 na matrícula corresponde ao lote número 15 e assim ocorre esta relação para todos os lotes do loteamento.

3.4. Ocupações irregulares no espólio.

As ocupações irregulares em imóveis pertencentes ao espólio foram constatadas nos estudos de foteointerpretação de imagens aéreas, ao se verificar a existência de edificações construídas e em construção no momento da pesquisa. Tendo como resultado desta análise a observação de 292 lotes ocupados irregularmente, quadro 3.

Quadro 3 : Situação atual “Real” do espólio em 2012.

SITUAÇÃO "REAL" DO ESPÓLIO						
Nº Matrícula	Título do imóvel	Bairro	Nº de lotes livres a partilhar	Área total (m²)	Nº de lotes com Ocupação irregular	Nº de lotes Sem Ocupação
26.298	Loteamento Cidade Nova	Lagoão	162	80.506,68	131	31
1.687	Loteamento Jardim Vale das Araras	Santa Catarina	88	41.848,25	39	49
12.792	Loteamento Três Corações	Polícia Rodoviária	45	16.764,57	44	1
16.818	Loteamento Jardim Cibeli	Jardim Cibeli	54	73.147,20	26	28
7.452	Loteamento Sarita	Coloninha	55	26.174,30	32	23
7.013	Loteamento Jardim Aeroporto	Jardim Aeroporto	32	15.228,68	20	12
Total			436	253.669,68	292	144

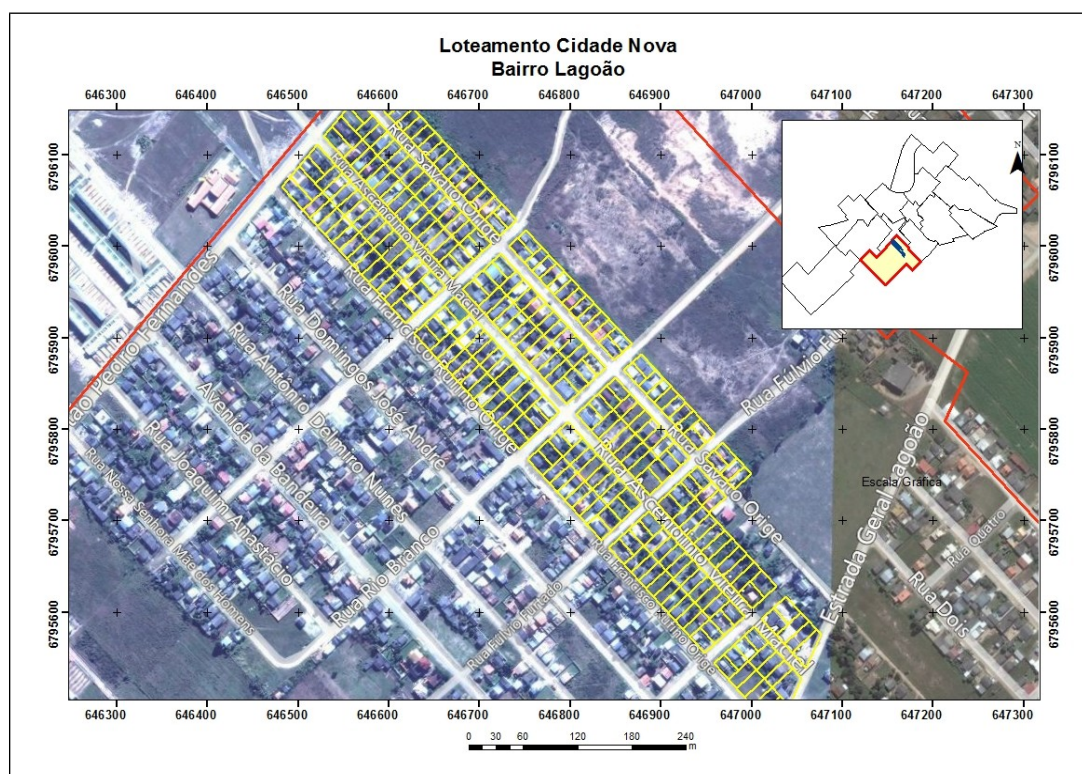


Figura 7 - Localização do espólio da Quadra A do Loteamento Cidade Nova no Bairro Lagoão.

Quadro 3 : Situação atual real da Quadra A (10)

Quad	Nº_Lote	Nº PMA	Área	Endereço	Uso_atual
A	14	210	366,07	Rua Ascendino Vieira Marcel	baldio
A	21	354	366,07	Rua Fernão Dias	ocupação irregular
A	20	315	366,07	Rua Fernão Dias	ocupação irregular
A	22	366	366,07	Rua Francisco Rufino Orige	ocupação irregular
A	19	390	366,07	Rua Fernão Dias	ocupação irregular
A	23	378	366,07	Rua Francisco Rufino Orige	ocupação irregular
A	18	285	366,07	Rua Fernão Dias	ocupação irregular
A	24	300	366,07	Rua Francisco Rufino Orige	ocupação irregular
A	25	402	366,07	Rua Francisco Rufino Orige	baldio
A	32	486	366,07	Rua Francisco Rufino Orige	baldio
A	33	498	366,07	Rua Francisco Rufino Orige	ocupação irregular
A	1	15	535,12	Rua Cap. Pedro Fernandes	ocupação irregular
A	2	30	562,71	Rua Cap. Pedro Fernandes	ocupação irregular
A	9	150	366,07	Rua Ascendino Vieira Marcel	ocupação irregular
A	11	174	366,07	Rua Ascendino Vieira Marcel	ocupação irregular

4. Conclusão

Este artigo tratou de um espólio em processo judicial, localizado no município de Araranguá em estado de indivisibilidade há 22 anos, por falta de informações acerca dos bens inventariados. A adoção de uma estratégia de apoio à tomada de decisão viabiliza a partilha do espólio, principalmente neste caso de inventário judicial, onde não há concordância entre os herdeiros.

O SIG aplicado neste estudo de caso tratou de um sistema capaz de captar, armazenar, analisar e exibir informações geograficamente referenciadas, onde os dados foram identificados de acordo com a localização dos respectivos bens inventariados. Com a espacialização do espólio foi possível localizar os imóveis livres a partilhar segundo suas matrículas atualizadas. Com o atendimento do objetivo deste artigo que foi construir nos herdeiros, o conhecimento do rol de bens do espólio utilizando SIG, foi possível localizar cada um dos 436 imóveis livres a partilhar que totaliza 253.669,68 m².

Para construir este conhecimento identificou-se na primeira etapa o rol de bens com a atualização das matrículas para verificar a legalidade perante o registro de imóveis. Na segunda etapa identificou-se o rol de bens na Cartografia disponibilizada pela Prefeitura, na terceira etapa foi criado um banco de dados do espólio utilizando o SIG e por último foi feita a análise da situação atual legal e a situação real de uso destes imóveis.

Os resultados experimentais mostraram um exemplo da metodologia proposta a partir da localização geográfica, onde foi possível constatar que do montante total, somente 144 lotes representando 33,03% se encontram sem ocupação e o restante formado por um conjunto de 292 lotes que totaliza 66,97% estão caracterizados por ocupações irregulares.

Pode-se constatar que, o andamento deste processo de inventário judicial, permaneceu por mais de 20 anos, atrelado a questões de comprovações de paternidade, passado esta fase, a falta de informação sobre o espólio remetia a impossibilidade de partilha, já que não se tinha conhecimento total do espólio.

A metodologia proposta subsidia a realização do formal de partilha através de uma abordagem inovadora empregando a localização geográfica em conjunto com imagens aéreas.

A partir da aplicação do SIG, neste inventário judicial, o qual foi estruturado com as análises das matrículas atualizadas e associação na base cartográfica municipal foi possível à criação do banco de dados deste

espólio.

A tecnologia SIG foi utilizada para produzir, atualizar e divulgar grandes quantidades de dados geográficos tornando-se acessível para a justiça e para os herdeiros neste processo de inventário judicial com a vantagem acrescida de atingir padrões de qualidade e confiabilidade superiores aos métodos convencionais.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIUZA, César. **Direito Civil**. 12ª Edição. Editora Del Rey. Belo Horizonte, 2008.

FREITAS CÂMARA, Alexandre. **Lições de Direito Processual Civil**. v1, 17ªed. Editora Lumen Juris. São Paulo, 2011.

LOCH, CARLOS. **A Interpretação de Imagens Aéreas**. 5ª edição. Ed. UFSC. 2008.

SCHOWENGERDT, R. A. **Remote Sensing: Models and Methods for Image Processing**. Publisher: Academic Press. Arizona, EUA, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 7v.